

Formulário Principal Propostas

Data de Submissão: 11/04/2017 10:48:44

Local de Submissão: Plataforma SaphetyGov (www.saphety.com/saphetygov)

Estado da Submissão: Submetida

Referência do Procedimento: A-4/B-12/2017 Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Município de Vila do Bispo

Entidade Adjudicante: Câmara Municipal de Vila do Bispo

Referência da Proposta: 0.0

Código da Proposta: 382811

Lote(s) a que apresenta a proposta:

Tipo de proposta: Inicial

Prazo de Execução do contrato/obra (em dias):255 dias

Fornecedor	País	NIF	Valor da Proposta
IPI - Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda	Portugal	504002619	54999.0

DECLARAÇÃO

Anexo I

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO
ARTIGO 57.º DA LEI 18/2008 DE 29 DE JANEIRO

1 - António Guilherme Trindade Lourenço Pinheiro, portador do cartão de cidadão n.º 00371943 0 ZY1 e NIF 100151620, residente na Rua Xavier de Araújo, 12 - 4.ºC, 1600-226 Lisboa, na qualidade de representante legal da IPI - Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda., com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, 70 - 1.ºDt.º, 1250-193 Lisboa, NIF 504002619, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo ao procedimento de Ajuste directo no âmbito do regime geral para aquisição de serviços para elaboração da estratégia de desenvolvimento sustentável para o Município de Vila do Bispo, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contracto em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contracto nos termos previstos no seguinte documento, que se junta em anexo:

- a) Proposta com nota justificativa do preço, cronograma global de actividades, preço global da proposta e respectivas condições de pagamento e equipa.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contracto, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais se declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional, nem os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, nem os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, nem os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contractos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contractos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contractos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contractos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 11 de Abril de 2017



António Guilherme Trindade Lourenço Pinheiro

IPI -
 INOVACAO,
 PROJECTOS E
 INICIATIVAS,
 LDA

Digitally signed by IPI - INOVACAO, PROJECTOS E INICIATIVAS, LDA
 DN: c=PT, ou=Certificate Profile - Qualified Certificate - Representative, ou=Terms of use at <https://www.digitalsign.pt/ECDIGITALSIGN/rpa>, ou=Entitlement - ASSINAR DOCUMENTOS E CONTRATOS, ou=ID - 504002619, ou=Address1 - RUA RODRIGO DA FONSECA, 90 1D10, ou=PostalCode - 1250-193, ou=Representative Name - ANTONIO GUILHERME TRINDADE L. PINHEIRO, ou=Representative ID - CC 00371943, cn=IPI - INOVACAO, PROJECTOS E INICIATIVAS, LDA, email=info@ipiconsultingnetwork.com
 Date: 2017.04.11 10:12:11 +01'00'

Elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Município de Vila do Bispo

Proposta de preço

V/ Refª: ofício convite MGD: 12304,
de 28-mar-2017

Abril 2017



PJ 20



DAMOS
SEGUIMENTO
AS SUAS IDEIAS

A IPI DOMÍNIOS DE ACTUAÇÃO PERSPECTIVAS CARREIRAS CONTACTOS

www.ipiconsultingnetwork.com



IPI - Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.
R. Rodrigo da Fonseca, 70 - 1º Dto.
1250-193 Lisboa

Tel. 213 825 460
email info@ipiconsultingnetwork.com

As ilustrações da capa foram adaptadas a partir de imagens do site do município

1. Preço global e condições de pagamento

O preço global proposto para a realização dos serviços contemplados na presente proposta, em coerência com a Cláusula 7ª do Caderno de Encargos, é de € 54.999,00 (Cinquenta e Quatro Mil, Novecentos e Noventa e Nove Euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Os pagamentos devidos pelos serviços prestados deverão ocorrer até 30 (trinta) dias após a recepção das respectivas facturas, em coerência com o número 3 da Cláusula 8ª do Caderno de Encargos.

Propõem-se que a emissão das facturas, em coerência com a periodicidade dos relatórios a produzir, com informação detalhada do desenvolvimento dos trabalhos realizados, e de acordo com a Cláusula 22ª do Caderno de Encargos, se processe com uma periodicidade mensal, cujos montantes são ponderados pela planificação apresentada no cronograma abaixo. Assim, propõe-se o seguinte plano de pagamentos:

- 1ª factura no final de Maio, com valor de 4.000,00 Euros, acrescido de IVA
- 2ª factura no final de Junho, com valor de 4.000,00 Euros, acrescido de IVA
- 3ª factura no final de Julho, com valor de 6.000,00 Euros, acrescido de IVA
- 4ª factura no final de Agosto, com valor de 4.000,00 Euros, acrescido de IVA
- 5ª factura no final de Setembro, com valor de 6.000,00 Euros, acrescido de IVA
- 6ª factura no final de Outubro, com valor de 12.000,00 Euros, acrescido de IVA
- 7ª factura no final de Novembro, com valor de 4.000,00 Euros, acrescido de IVA
- 8ª factura no final de Dezembro, com valor de 14.999,00 Euros, acrescido de IVA

**IPI - INOVACAO,
PROJECTOS E
INICIATIVAS,
LDA**

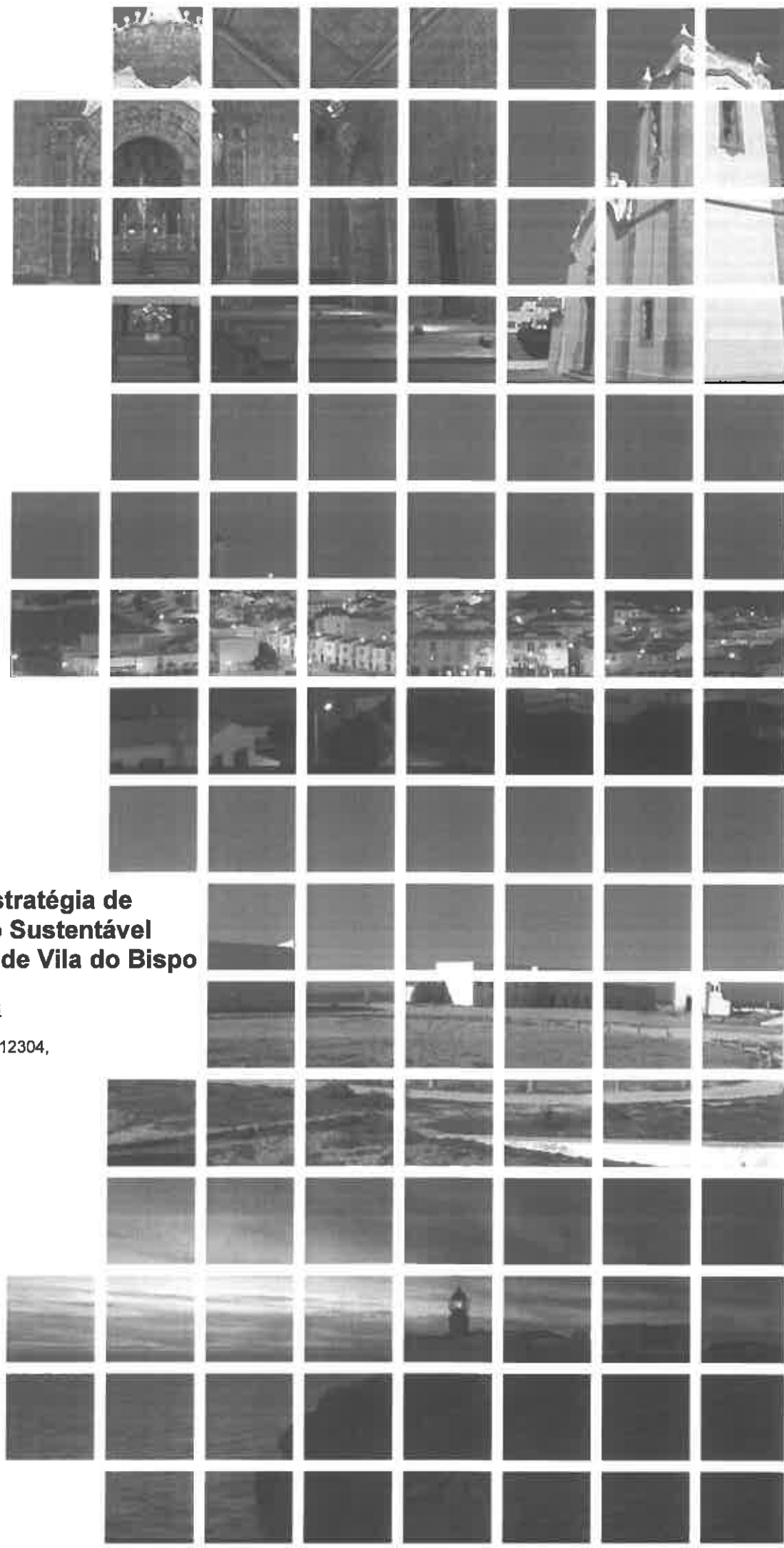
Digitally signed by IPI - INOVACAO, PROJECTOS E INICIATIVAS, LDA
DN: c=PT, ou=Certificate Profile - Qualified Certificate - Representative, ou=Terms of use at <https://www.digitalsign.pt/ECDIGITALSIGN/rpa>, ou=Entitlement - ASSINAR DOCUMENTOS E CONTRATOS, ou=ID - 504002619, ou=Address1 - RUA RODRIGO DA FONSECA, 70 1 DTO, ou=PostalCode - 1250-193, ou=Representative Name - ANTONIO GUILHERME TRINDADE L. PINHEIRO, ou=Representative ID - CC 00371943, cn=IPI - INOVACAO, PROJECTOS E INICIATIVAS, LDA, email=info@ipiconsultingnetwork.com
Date: 2017.04.11 10:44:29 +01'00'

Elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Município de Vila do Bispo

Metodologia proposta

V/ Refª: ofício convite MGD: 12304,
de 28-mar-2017

Abril 2017



PI 20



DAMOS
SEGUIMENTO
ÀS SUAS IDEIAS

A IPI DOMÍNIOS DE ACTUAÇÃO PERSPECTIVAS CARREIRAS CONTACTOS

www.ipiconsultingnetwork.com



IPI - Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.
R. Rodrigo da Fonseca, 70 - 1º Dto.
1250-193 Lisboa

Tel. 213 825 460
email info@ipiconsultingnetwork.com

As ilustrações da capa foram adaptadas a partir de imagens do site do município

Índice

1. Enquadramento.....	5
2. Descrição dos serviços contemplados na proposta	5
2.1. Relatório de Sustentabilidade	6
2.2. Plano de Turismo.....	8
2.3. Plano de Ambiente.....	9
2.4. Adesão ao Pacto de Autarcas.....	10
2.5. Preparação da Agenda 21 Local.....	12
3. Prazo da prestação dos serviços e cronograma	15
4. Equipa	16

Proposta de prestação de serviços para elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Município de Vila do Bispo



1. Enquadramento

Em resposta ao vosso Ofício Convite, v/ ref^a MGD: 12304, de 28-mar-2017, que desde já agradecemos, somos a apresentar a nossa melhor proposta para “Prestação de serviços para elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Município de Vila do Bispo”.

2. Descrição dos serviços contemplados na proposta

Os serviços contemplados na presente proposta são apresentados em conformidade com as especificações enunciadas no Caderno de Encargos.

Pretende o Município de Vila do Bispo dotar-se de uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável que, actuando em áreas fundamentais para o desenvolvimento do concelho, possa orientar um processo que vise melhorar a qualidade de vida das pessoas e, simultaneamente, reforçar a competitividade, a atractividade e a notoriedade do concelho, potenciando o desenvolvimento económico sustentável, nomeadamente a criação de emprego.

Tratando-se de uma abordagem integrada, envolvendo a elaboração do Relatório de Sustentabilidade, de um Plano de Turismo, de um Plano de Ambiente, assim como apoiar a adesão ao Pacto de Autarcas. É ainda parte integrante deste trabalho a preparação da Agenda 21 Local. Todo este conjunto de trabalhos abarcará áreas tão diferenciadas como a governação, a transparência da actuação, o ambiente, a qualidade de vida e o turismo, entre outras.

Deste trabalho resultarão instrumentos/ferramentas essenciais no apoio à decisão, que permitirão guiar o caminho que o Município deverá prosseguir, actualmente e no futuro, potenciando o desenvolvimento económico e a sediação de empresas.

Pretende, também, o Município de Vila do Bispo que as pessoas e as instituições se envolvam e se revejam neste projecto, pelo que o trabalho a desenvolver será conduzido de forma a conferir-lhe visibilidade. Assim, ao longo da construção do trabalho, serão realizadas diversas iniciativas de divulgação e interacção com a população, mais ou menos temáticas, por forma a informar as pessoas, mas também a potenciar os resultados e impactos do projecto.

Dos serviços a prestar ao Município de Vila do Bispo resultarão vários produtos, a seguir enunciados.

2.1. Relatório de Sustentabilidade

Em conformidade com o Caderno de Encargos, o Relatório de Sustentabilidade a elaborar constituirá o retrato da actuação e desempenho do Município, ao mesmo tempo que identificará e assumirá compromissos para o futuro.

A sua elaboração decorre da consciencialização, por parte do Município, da importância dos princípios de equilíbrio financeiro, de responsabilidade social e de qualidade ambiental, bem como da importância de transmitir de forma transparente, simples e apelativa, os resultados alcançados.

O Município pretende, ainda, que sendo hoje Vila do Bispo a 13ª autarquia mais transparente do país, o Relatório de Sustentabilidade contribua para melhorar ainda mais o posicionamento da autarquia no índice de transparência.

Neste sentido, o Relatório de Sustentabilidade proposto, focando a Missão, a Visão e os Valores que o Executivo Municipal define e pratica, apresentará, na Mensagem do seu Presidente, um compromisso para o presente e para o futuro do Município.

Trata-se de uma abordagem relacional que se reparte por **4 grandes vectores** e que, cruzando as diferentes áreas de intervenção do Município, avaliará a performance e a sustentabilidade das opções estratégicas tomadas.

I. Governação, Compromisso e Envolvimento

No relacionamento com as partes interessadas (empresas, fornecedores, colaboradores, comunidade); nas políticas (designadamente no seu papel enquanto consumidor e empregador); nos compromissos com iniciativas externas (p.e. parcerias); na transparência e eficiência da relação com os cidadãos; e em programas educativos, projectos sociais, ambientais, etc.

II. Desempenho Económico

Na óptica da sustentabilidade financeira do Município, mas também nos impactes económicos decorrentes das suas actividades na economia local.

III. Desempenho Ambiental

Sobretudo no que respeita à eficiência ambiental da sua gestão directa (p.e. edifícios, equipamentos e frotas municipais).

IV. Desempenho Social

Fundamentalmente no que respeita às práticas laborais, às políticas de formação e à relação entre funcionários e entidade empregadora.

O Relatório de Sustentabilidade assume-se, ainda, como sendo um meio de comunicar, interna e externamente, qual a situação relativamente ao trabalho realizado e sua evolução em cada um dos 4 vectores identificados. Esta forma de comunicação, cuja divulgação deve ser concretizada em suporte escrito e electrónico, visa igualmente recolher a contribuição das partes interessadas para o crescimento do Concelho, para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos e, através de uma maior transparência de governação, tornar a sociedade mais justa, equilibrada e competitiva.

Como benefícios adicionais desta ferramenta, surge o aumento da consciência no seio do Município sobre as questões abordadas nestes relatórios e a atenção interna para o seu desempenho, bem como para o potencial para melhorar a eficiência operacional e, ainda, a possibilidade de monitorizar performances e identificar áreas que necessitam de ser melhoradas.

Objectivos específicos

O Relatório de Sustentabilidade proposto será, assim, um documento onde se inscreve o desempenho das actividades do Município referentes às vertentes económica, ambiental, social e de governação, às quais se juntam as vertentes da inovação, da cultura e do desporto, promovendo a sua divulgação às partes interessadas, sejam elas internas ou externas. A sua elaboração, que envolve a participação activa do Município, leva a criar uma dinâmica de melhoria contínua com efeitos positivos, designadamente na qualidade de vida.

É ainda relevante a visibilidade que o Relatório de Sustentabilidade proporciona, até como afirmação do Executivo na sua opção de escolher um caminho de Desenvolvimento Sustentável.

Sendo elaborado próximo do final do mandato autárquico de 4 anos, o Relatório de Sustentabilidade deverá ser o eco das realizações conseguidas ao longo desse mandato, destacando os sucessos alcançados e traçando como desafios os pontos que ficaram por resolver.

Metodologia

A metodologia que aplicamos baseia-se nos standards/normas da GRI (*Global Reporting Initiative*), que representam a melhor prática global em Relatórios de Sustentabilidade. Na elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade seguimos as Directrizes de Orientação mais recentes da GRI - G4 - segundo as quais lhe será atribuído o nível A.

Neste sentido, a metodologia de execução proposta desenvolve-se de acordo com as seguintes fases:

1. Reunião da Equipa Técnica com o Executivo Municipal para definição do âmbito e dos limites do Relatório, assim como para identificação dos restantes *stakeholders*.
2. Levantamento de informação para conhecimento do quadro de situação do Município nos quatro vectores objecto de análise.
3. Entrevistas e recolha de elementos adicionais junto dos *stakeholders* identificados em conjunto com o Executivo Municipal.
4. Análise dos resultados com o Executivo Municipal e definição dos indicadores de desempenho a apresentar.
5. Elaboração do relatório final.

2.2. Plano de Turismo

O Plano de Turismo a elaborar, de acordo com o Caderno de Encargos, privilegiará a definição de medidas de actuação concretas, exequíveis e potenciadoras de impactos positivos. Mais do que uma análise retrospectiva, constituirá um Plano prospectivo, dirigido ao desenvolvimento do turismo e da notoriedade do concelho, abrangendo as áreas que já hoje são exploradas, mas também outras, inovadoras, nas quais se identifique potencial de desenvolvimento.

O Plano de Turismo proposto constituirá, no essencial, um dos ramos de destaque da Agenda 21 Local, sendo enquadrado no seu Plano de Acção.

Sendo o turismo um sector claramente verticalizado e cada vez mais sofisticado, procurar-se-á potenciar as especificidades que conferem vantagens competitivas aos patrimónios culturais e naturais locais, com tradição, mas também com modernidade, que podem constituir "matéria-prima" fundamental para transformar os patrimónios em recursos turísticos. Recursos estes que só o serão efectivamente quando acrescidos do saber e da técnica, mas também das parcerias estratégicas, num jogo simbólico entre todos os agentes/actores do processo turístico. Por exemplo, os sentimentos de pertença e as identidades locais, as memórias e as histórias, podem ser organizados em recursos turísticos com tal capacidade de atractividade que, no limite, oferecem ao turista uma experiência única, e ao residente um orgulho acrescido na valorização do olhar dos outros, onde não é despicienda a capacidade de atracção e fixação de população, com recurso à criatividade e inovação, enquadrados por um conhecimento da extrema competitividade deste sector.

Neste contexto, o Plano de Turismo será estruturado compreendendo a definição de medidas de actuação, tendo em vista a potenciação deste importante vector de desenvolvimento económico do concelho de Vila do Bispo.

A estruturação deste Plano incluirá, entre outros, os seguintes vectores:

1. A identificação de produtos turísticos e respectivos nichos de mercado.
2. A construção de uma matriz estratégica de actuação.
3. A definição de medidas de potenciação das áreas que já hoje são exploradas.
4. A definição de projectos estratégicos e estruturantes.
5. A construção de uma grelha com os factores críticos de sucesso das medidas e projectos propostos.
6. A definição de metas e respectivos indicadores de monitorização.

2.3. Plano de Ambiente

O Plano de Ambiente a elaborar, de acordo com o Caderno de Encargos, privilegiará a definição de medidas de actuação concretas e exequíveis ligadas à problemática ambiental, identificando os constrangimentos ambientais existentes, assim como medidas para os mitigar. O Plano de Ambiente permitirá, também, potenciar a biodiversidade e o património ambiental enquanto recursos em prol do desenvolvimento sustentável do concelho.

O Plano de Ambiente proposto constituirá outro dos ramos de destaque da Agenda 21 Local, sendo também enquadrado no seu Plano de Acção.

Enquadrado no desafio lançado pelas Nações Unidas em 1992, o Plano Municipal de Ambiente envolverá a actuação em diferentes vectores: análise de diagnóstico, definição da actuação; capacitação, sensibilização, acompanhamento e monitorização. Uma actuação norteada por processos participativos que juntem os actores institucionais e a sociedade civil.

O modelo conceptual a desenvolver dará atenção, igualmente, a conceitos como: o Ecodesign (ou design ecológico), aqui entendido como uma abordagem proactiva de gestão ambiental e cujo objectivo maior é a minimização dos impactes ambientais durante todo o ciclo de vida de um serviço, sem comprometer, no entanto, outros critérios essenciais como desempenho, funcionalidade, qualidade e custo; a Análise de Ciclo de Vida, aqui entendida como metodologia que permitir identificar todas as entradas e saídas dos processos passíveis de constituírem algum tipo de impacte ambiental; a Economia Circular, como uma resposta ao desejo de um crescimento sustentável no contexto da pressão crescente que a produção e o

consumo exercem sobre o ambiente e os recursos mundiais, num modelo que defende que os resíduos devem ser transformados, através da inovação, em potenciais subprodutos ou outros materiais, promovendo a reutilização, recuperação e reciclagem.

A estruturação deste Plano incluirá, entre outros, os seguintes vectores chave:

1. Um conjunto de recomendações estratégicas, no qual se apresente a identificação das áreas prioritárias de intervenção, assim como a definição das estratégias de actuação tendo em vista a sustentabilidade ambiental.
2. Um Plano de Acção, no qual se proponha um conjunto de acções concretas, capazes, por um lado, de contribuir para a resolução dos problemas ambientais identificados e, por outro, de valorizar os recursos e o património ambiental do concelho.
3. Um Plano de Monitorização no qual se proponha um conjunto de medidas, com o objectivo de verificar a implementação das acções previstas no Plano de Acção. Os resultados dessa monitorização deverão permitir identificar as tendências de evolução ambiental, tanto ao nível técnico, como ao nível comportamental.

Este Plano de Ambiente será desenvolvido tendo, também, em pano de fundo, o objectivo de preparar o processo de adesão ao Pacto de Autarcas.

2.4. Adesão ao Pacto de Autarcas

A preparação do pedido de adesão ao Pacto de Autarcas, de acordo com o Caderno de Encargos, será outra das metas a alcançar, enquadrada nas actividades ligadas ao ambiente a desenvolver neste trabalho.

Uma intenção que decorre da consciencialização do Município do trabalho realizado nas vertentes da mitigação e adaptação às alterações climáticas e da utilização sustentável da energia. Decorre, igualmente, da necessidade de ter um Plano de Acção onde se identifiquem compromissos credíveis e que seja quadro de referência para acção do Município.

Neste sentido, a metodologia proposta para a preparação do processo de adesão ao Pacto de Autarcas respeita as orientações do “*Covenant of Mayors for Climate & Energy*”. Dado o prazo de execução do projecto, os trabalhos a desenvolver no âmbito desta proposta abarcam fundamentalmente o primeiro dos três passos definidos naquelas orientações.

PASSO 1: Assinatura do Pacto de Autarcas

PASSO 2: Apresentação do Plano de Acção

PASSO 3: Entrega regular de relatórios de acompanhamento

Com a assinatura do Pacto de Autarcas, o Município de Vila do Bispo compromete-se voluntariamente a cumprir (e se possível ultrapassar) os objectivos da UE em termos de redução de emissões de CO₂ e aumento da resistência às alterações climáticas.

Conforme afirma o próprio “*Covenant of Mayors*”, “a concepção de políticas de energia sustentável e acção climática é um processo complexo e moroso e deve ser planeado sistematicamente e gerido de forma contínua. Requer a colaboração e coordenação entre diversos departamentos na administração local, tais como a protecção ambiental, a utilização de terrenos e planeamento do espaço, os assuntos económicos e sociais, a gestão de edifícios e infra-estruturas, a mobilidade e transporte, a orçamentação e finanças, os aprovisionamentos, a protecção civil, etc.”.

O **PASSO 1** inicia-se com a preparação dos procedimentos para submissão do pedido de adesão ao Pacto de Autarcas. Este pedido de adesão é feito em formulário próprio e submetido online no site do Pacto de Autarcas.

Após a sua submissão, o município recebe um conjunto de instruções, juntamente com a confirmação do pedido de adesão e que, resumidamente, envolvem a definição de uma Visão de longo prazo, a constituição de uma Equipa municipal afecta ao processo e a compilação de um Inventário de Referência das Emissões. Este Inventário é uma componente essencial do processo, que deverá disponibilizar uma imagem clara da situação em que se encontra o município, ou seja, uma descrição da situação actual do município no que se refere ao consumo de energia e às emissões de CO₂, e constitui o ponto de partida para a elaboração do Plano de Acção.

O **PASSO 2** envolve a elaboração e a entrega do Plano de Acção, no prazo de 1 ano se se tratar de um Plano de Acção para as Energias Sustentáveis (PAES); no prazo de 2 anos se incluir também a componente do Clima. O PAES deve incluir os resultados principais do Inventário de Referência das Emissões, a Visão a longo prazo onde se especifica a meta de emissões de CO₂ prevista para 2020, e as áreas de Acção prioritárias - conjunto de acções de curto e médio prazo a implementar, assim como os prazos e as responsabilidades atribuídas, para atingir as metas definidas. Durante a fase de implementação, é crucial garantir uma boa comunicação interna e externa.

No âmbito deste projecto, será prestado apoio ao desenvolvimento do Plano de Acção, até ao limite do período de vigência do projecto.

PASSO 3 - Após a entrega do Plano de Acção, o município terá de apresentar, de dois em dois anos, um relatório sobre a respectiva implementação.

2.5. Preparação da Agenda 21 Local

A preparação da Agenda 21 Local, em conformidade com o Caderno de Encargos, será um processo que, suportado num retrato pragmático do concelho, identificará uma missão e uma visão para o seu futuro, assim como um conjunto de objectivos operacionais e orientadores da acção.

Será um processo em que as pessoas serão um elemento central, actuando em torno das questões demográficas e sociais, mas também em torno das questões económicas, ambientais e da inovação.

Para assegurar uma visão transversal, a Agenda 21 Local irá olhar para o concelho de Vila do Bispo como um todo e apontar os caminhos que o Município deverá prosseguir, actualmente e no futuro, em prol do desenvolvimento e do crescimento do concelho.

Não obstante essa visão transversal, o Plano de Acção da Agenda 21 Local de Vila do Bispo terá dois ramos de destaque, anteriormente identificados: o Ambiente e o Turismo.

Neste sentido, a Agenda 21 Local proposta, enquanto processo, visa preparar o Município para um futuro mais sustentável, dotando-o de ferramentas orientadoras da acção, englobando não só questões sociais (incluindo as demográficas), culturais e de protecção ambiental, mas também as componentes económicas e do conhecimento e inovação.

A elaboração da Agenda 21 Local compreende as seguintes **componentes chave**:

1. Constituição da estrutura de coordenação e organizativa.
2. Lançamento oficial do processo / assinatura da Carta de Aalborg.
3. Constituição e dinamização das bases participativas necessárias ao envolvimento das partes interessadas, bem como o estabelecimento de parcerias na comunidade local.
4. Elaboração do diagnóstico da realidade visada "Viver em Vila do Bispo".
5. Definição de vectores de intervenção estratégica / metas / acções.
6. Elaboração do Plano de Acção, tendo como base a estratégia, as metas e as acções definidas.
7. Sistematização da bateria de indicadores, para posterior monitorização.
8. Apresentação do Plano de Acção.

O Município de Vila do Bispo passará, então, a dispor de **instrumentos facilitadores**:

1. da obtenção de um documento estratégico dirigido ao Desenvolvimento Sustentável e capaz de reforçar a sua competitividade.

2. do reforço da capacidade de governação local nas vertentes do Ambiente, da Economia, da Sociedade e do Conhecimento e Inovação, afirmando o princípio da subsidiariedade.
3. da adequação da realidade económica, social (incluindo a demográfica), ambiental e da dinâmica do conhecimento e inovação, promovendo a cooperação entre os diversos níveis de decisão e a partilha de responsabilidades.
4. da promoção de iniciativas empresariais, designadamente as que tenham a ver com a inovação e o empreendedorismo.
5. da tomada de conhecimento do universo do sector social e solidário, dos seus problemas e desafios, de modo a implementar medidas que melhorem a adequação entre as necessidades da população e as respostas sociais.
6. da aplicação eficaz dos instrumentos de gestão ambiental, nomeadamente a dinamização do desenvolvimento de soluções inovadoras no âmbito das energias renováveis.

Metodologia e programa de execução

A metodologia preconizada permitirá sistematizar as necessidades de intervenção, de forma intersectorial, e definir a sua hierarquização, estabelecendo prioridades de actuação. Constitui-se, assim, num processo sequencial, por etapas, que, partindo de um referencial actual, aponta objectivos operacionais de Desenvolvimento Sustentável de forma criteriosa e define um Plano de Acção consequente e adequado à concretização daquelas opções.

A metodologia proposta traduz-se no seguinte **programa de execução**:

Etapas 1

- Criação de estrutura organizativa (identificação da equipa local que acompanhará os trabalhos e constituirá a interlocutora da equipa técnica do projecto) e preparação do formato do envolvimento das partes interessadas (municípios, empresas, escolas, ONG's, IPSS, organismos do Estado e outras forças vivas locais).
- Definição do âmbito e alcance da Agenda 21 Local, designadamente ao nível da estratégia e política de sustentabilidade.
- Preparação de um plano de informação e comunicação, a nível interno e externo, contendo a identificação dos públicos a atingir, os princípios a que obedece a comunicação e as formas e os canais de comunicação.

- Definição dos temas e funcionalidades a integrar no portal de internet do município. Incluindo a definição de meios/funcionalidades que permitam potenciar a interacção entre e com os visitantes deste portal (inquéritos online, fóruns de discussão, newsletters, etc.), assim como a dinamização de redes sociais na internet.
- Lançamento oficial do processo de Elaboração da Agenda 21 Local.
- Assinatura da Carta de Aalborg.

Etapas 2

- Diagnóstico da realidade visada “Viver em Vila do Bispo”.

O diagnóstico deve abarcar os quatro pilares do Desenvolvimento Sustentável (ambiente, economia, sociedade e conhecimento e inovação), conter análises quantitativas e qualitativas, e basearem-se em fontes primárias e fontes secundárias de informação.

Etapas 3

- Apresentação do diagnóstico.
- Reflexão estratégica com a estrutura de coordenação e organizativa, e demais partes interessadas, para avaliação do diagnóstico.
- Identificação das necessidades de intervenção e respectiva priorização/hierarquização.
- Definição do quadro de vectores de intervenção estratégica e respectivas metas.

Etapas 4

- Elaboração do Plano de Acção.
- Definição da grelha de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e respectivas metas.
- Apoio à elaboração de conteúdos para o portal de internet do Município ou outros meios de comunicação electrónica.

Etapas 5

- Apresentação final da Agenda 21 Local, destacando o Plano de Acção, assim como as metas a alcançar.

3. Prazo da prestação dos serviços e cronograma

O prazo global proposto para a realização dos serviços contemplados na presente proposta, não podendo, em coerência com a Cláusula 3ª do Caderno de Encargos, terminar para além de 31 de Dezembro de 2017, é de aproximadamente 8 (oito) meses e meio. Este prazo global é decomposto ao longo do tempo conforme se indica no cronograma abaixo.

Actividades		Meses									
		Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1	Elaboração de Relatório de Sustentabilidade										
2	Elaboração de Plano de Turismo										
3	Elaboração de Plano de Ambiente										
4	Adesão ao Pacto de Autarcas										
5	Preparação de Agenda 21 Local										

4. Equipa

A modelação funcional da equipa de projecto fundamenta-se no objectivo primordial de dar uma resposta global, rigorosa, tecnicamente adequada e eficaz aos objectivos visados.

A organização e a dinâmica funcional da equipa internalizam a preocupação de adequar processos e técnicas e de mobilizar os meios necessários para realizar, em tempo útil, o projecto. Para além das pessoas indicadas abaixo, a IPI assegurará, ainda, o envolvimento de outros consultores/técnicos em função das necessidades do projecto.

Coordenação

- Carlos Medeiros

Sub-coordenação

- António Pinheiro

Consultores especialistas

- Carminda Cavaco
- Catherine Ledig
- Helena Leitão
- Mário Barroqueiro

Apresentam-se a seguir as notas biográficas dos membros da equipa identificados acima.

**IPI - INOVACAO,
PROJECTOS E
INICIATIVAS,
LDA**

Digitally signed by IPI - INOVACAO, PROJECTOS E INICIATIVAS, LDA
DN: c=PT, ou=Certificate Profile - Qualified Certificate - Representative, ou=Terms of use at <https://www.digitalsign.pt/ECDIGITALSIGN/rpa>, ou=Entitlement - ASSINAR DOCUMENTOS E CONTRATOS, ou=ID - 504002619, ou=Address1 - RUA RODRIGO DA FONSECA, 70 1DTO, ou=PostalCode - 1250-193, ou=Representative Name - ANTONIO GUILHERME TRINDADE L. PINHEIRO, ou=Representative ID - CC 00371943, cn=IPI - INOVACAO, PROJECTOS E INICIATIVAS, LDA, email=info@ipiconsultingnetwork.com
Date: 2017.04.11 10:43:33 +01'00'

Notas biográficas

Carlos Medeiros

Com mais de 30 anos de experiência em consultoria nas áreas do desenvolvimento social, crescimento económico, inovação e indústrias criativas, tendo sido responsável pela gestão do Programa de Artes e Ofícios Tradicionais, de 1992 a 1996. Carlos Medeiros leccionou em diversas universidades em Portugal, nos EUA e no Brasil e foi Fundador e Director do Centro de Estudos da Universidade Católica Portuguesa (CEPCEP). É autor de mais de 50 publicações e foi Director das revistas Raiz e Utopia e Povos e Culturas da UCP.

Doutorado pela London School of Economics e licenciado em Direito e em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade de Lisboa.

É Presidente da Direcção da IPI Consulting Network. É, também, presidente do Conselho de Administração de duas empresas de turismo desde 1987.

António Pinheiro

O seu conhecimento da economia portuguesa foi construído ao longo de três décadas em funções superiores da administração pública. Entre elas, mencione-se o seu envolvimento na Direcção-Geral da Indústria, tendo sido Subdirector-Geral (1989-1998), e Director-Geral (1998-2001), bem como Conselheiro Técnico principal de Política Industrial e Auxílios de Estado às Empresas na Representação Permanente de Portugal na União Europeia, entre 2001 e 2008.

A sua experiência permitiu-lhe intervir nas áreas do desenvolvimento sustentável e do crescimento económico, em particular na empregabilidade e desenvolvimento microempresarial, inovação e clusters.

Engenheiro Mecânico pelo Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa.

É Vice-Presidente da Direcção da IPI Consulting Network.

Carmina Cavaco

Foi docente no Departamento de Geografia da FLUL e investigadora no Núcleo Migrações, Espaços e Sociedades (MIGRARE) e Turismo, Cultura e Território (TERRITUR), do CEG – Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Desenvolve há mais de 50 anos actividade académica/consultoria em temas relacionados com a geografia do turismo e rural, bem como desenvolvimento regional e local. A sua experiência como professora universitária na Universidade de Lisboa incluiu a docência e regência de disciplinas nas áreas da Geografia da Europa, Portugal na Europa, Geografia do Turismo, Geografia Rural, Políticas Agrícolas, Geografia Agrária, Geografia da População, Geografia Regional e Geografia Aplicada. Como investigadora, tem publicados mais de 80 títulos, recobrando questões como o turismo, o desenvolvimento regional e local. Além da actividade docente e de investigação, conta na sua experiência com a participação em alguns relevantes estudos e planos de desenvolvimento do território.

Geógrafa, Professora Catedrática (aposentada) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Catherine Ledig

Detém mais de 20 anos de experiência em programas de diferentes áreas, com especial enfoque no sector das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Inovação e Desenvolvimento Empresarial.

Exerce actividade na gestão de sistemas de informação, processos de negócios electrónicos, gestão de empresas e gestão de projectos internacionais. Tem tido papel de relevo na coordenação de estudos sobre a economia associada ao envelhecimento activo, nomeadamente na Região da Alsácia (França). É, desde a sua criação em 1994, directora da ADEC, uma associação de desenvolvimento económico especializada em tecnologias de informação, desenvolvimento sustentável e energias renováveis.

Professora Associada em Economia Digital e Desenvolvimento Sustentável na Faculdade de Direito da Universidade de Estrasburgo.

É Vogal da Direcção da IPI Consulting Network.

Helena Leitão

Adquiriu 17 anos de experiência numa multinacional do sector do Turismo, BCD Travel, que opera em 110 países e emprega 11.000 colaboradores.

Colaborou com a ADVITA- Associação para o Desenvolvimento de novas iniciativas para a vida, no sector da saúde.

Actualmente, colabora com a IPI Consulting Network em projectos de desenvolvimento sustentável por via da economia da cultura.

Licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa em 1994.

Mário Barroqueiro

Consultor na IPI desde 2006, participou em mais de 4 dezenas de projectos, incluindo Agendas 21 Local, Relatórios de Sustentabilidade, Planos de Turismo e de Ambiente, entre outros na área do desenvolvimento sustentável.

Geógrafo desde 1999, leccionou Geografia no ensino público e foi Bolseiro de Investigação no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Local e Regional e licenciatura em Geografia e Planeamento Regional, ambos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A sua formação inclui, ainda, áreas como os Sistemas de Informação Geográfica e a Gestão de Projectos.

